



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Educação Profissional
Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -
PROEJA

SÃO PAULO

Setembro / 2010



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Pacheco

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Arnaldo Augusto Ciquielo Borges

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Profª Drª Lourdes de Fátima Bezerra Carril

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Yoshikazu Suzumura Filho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Gersony Tonini Pinto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

João Sinohara da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Garabed Kenchian

DIRETOR DO *CAMPUS*

Carlos Alberto Vieira

ÍNDICE

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:	5
1.1	<i>REITORIA</i>	5
1.2	<i>IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS.....</i>	6
1.3	<i>MISSÃO</i>	6
1.4	<i>HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....</i>	6
1.4.1	A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO	8
1.4.2	O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO:	9
1.4.3	A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO.....	9
1.4.4	A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO	11
1.4.5	O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO.....	12
1.4.6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO ...	13
2	JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO.....	15
3	OBJETIVOS.....	15
3.1	<i>OBJETIVOS GERAIS.....</i>	16
3.2	<i>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</i>	16
4	PÚBLICO-ALVO	16
5	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA.....	17
6	CARGA HORÁRIA	17
7	PERÍODO E PERIODICIDADE	17
8	CRITÉRIO DE SELEÇÃO.....	18
9	COORDENAÇÃO	18
10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	18
10.1	<i>ESTRUTURA CURRICULAR:</i>	19
10.2	<i>PLANOS DE ENSINO.....</i>	20
10.3	<i>RECOMPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA.....</i>	45
11	CORPO DOCENTE.....	43
12	ATENDIMENTO DISCENTE	44
13	METODOLOGIA.....	45
14	INTERDISCIPLINARIDADE.....	45
15	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
16	CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	45

17	MONOGRAFIA	45
18	PESQUISA	45
19	AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	46
20	AVALIAÇÃO DO CURSO.....	46
21	INDICADORES DE DESEMPENHO.....	46
22	CERTIFICAÇÃO	46
23	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	47
23.1	<i>INFRA-ESTRUTURA FÍSICA</i>	<i>47</i>
23.2	<i>LABORATÓRIO ESPECÍFICO</i>	<i>47</i>
23.3	<i>BIBLIOTECA : ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO.....</i>	<i>48</i>
24	BIBLIOGRAFIA:	49

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:**1.1 REITORIA**

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10882594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 ó Canindé - São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7563 (Reitoria)

FACÍMILE: (11) 2763-7650

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: proensino@cefetsp.br

DADOS SIAFI: UG: 153026

GESTÃO: 15220

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS

NOME: CAMPUS SÃO PAULO

SIGLA: IFSP 6 SÃO PAULO

CNPJ: 10.882.594/0002-46

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 / Canindé - SP

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:

http://www.ifsp.edu.br/lwp/workplace!/ut/p.cmd/cs/.ce/7_0_A/.s/7_0_B7D/_th/J_0_9D/_s.7_0_A/7_0_ALH/_s.7_0_A/7_0_B7D

ENDEREÇO ELETRÔNICO: social@cefetsp.br

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: 1909

1.3 MISSÃO

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

1.4 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós-1930.

Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis. Na medida que a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a

rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional ó LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade. Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino õpseudo-profissionalizanteõ e demasiado tecnicismo pedagógico.

Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior é que eram reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira ao mesmo tempo que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau.

Mais uma vez, portanto, se colocava o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política.

O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado. Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constitui o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento: a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico que a industrialização sequer havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário.

Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguiu seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade.

Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agrotécnicas) assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IF foi construído historicamente, partindo da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

1.4.1 A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizes e Artífices, então localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910¹, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975². Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

¹ A data de 24 de fevereiro é a constante na obra de FONSECA (1986).

²A respeito da localização da escola, foram encontrados indícios nos prontuário funcionais de dois de seus ex-diretores, de que teria, também, ocupado instalações da atual Avenida Brigadeiro Luis Antonio, na cidade de São Paulo.

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também, na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais.

Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

1.4.2 O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO³

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937).

A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

1.4.3 A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004).

Esta norma legal foi, juntamente com as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria unidade de organização em todo território nacional. Até então, a União se limitara, apenas a regulamentar as escolas federais, enquanto as demais, estaduais, municipais ou particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional (FONSECA, 1986).

³Apesar da Lei nº 378 determinar que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam transformadas em Liceus, na documentação encontrada no CEFET-SP o nome encontrado foi o de Liceu Industrial, conforme verificamos no Anexo II.

No momento que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica.

A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestría e, também, dos cursos técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica. Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos, sendo eles das esferas industriais e de mestría, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituiu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionada a construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.

Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores. Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas.

Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola Industrial à Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica⁴. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior

⁴Segundo Meirelles (1994, p. 62 ó 63), *apud* Barros Neto (2004), "Entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou."

abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola.

Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552, foi definida pelo Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

1.4.4 A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo ó ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

Ainda, com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ó LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula.

Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

No ano de 1986, pela primeira vez, após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e alunos participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antonio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas - UNEDs da escola, com a criação, em 1987, da primeira do país, no município de Cubatão. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996, na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

1.4.5 O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), se oficializou a mudança de denominação para CEFET- SP.

Igualmente, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 a 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente, desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi impulsionada para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e construção de novos mecanismos de atuação.

1.4.6 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, sendo patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico.

Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo.

Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz respeito ao direito a educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Considerando-se, portanto, essa grande necessidade pela formação profissional de qualidade por parte dos alunos oriundos do ensino médio, especialmente nas classes populares, aliada à proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além da correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

A oferta de cursos está sempre em sintonia com os arranjos produtivos, culturais e educacionais, de âmbito local e regional. O dimensionamento dos cursos privilegia, assim, a oferta daqueles técnicos e de graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP atua na formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como na pós-graduação e pesquisa tecnológica. Avança no enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo, e no desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus*, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Este tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Atualmente, o IFSP conta com 17 *campi* e 3 *campi* avançados, sendo que o primeiro *campus* é o de São Paulo, cujo histórico já foi relatado neste panorama.

Relação dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Autorização de Funcionamento	Início das Atividades
São Paulo	Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909	24/02/1910
Cubatão	Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987	01/04/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996	01/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006	13/02/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006	02/01/2007
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006	12/02/2007
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006	30/07/2007
Salto	Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006	02/08/2007
São Carlos	Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007	01/08/2008
São Roque	Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008	11/08/2008
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Araraquara	Em fase de implantação	2º semestre de 2010
Suzano	Em fase de implantação	2º semestre de 2010
Barretos	Em fase de implantação	2º semestre de 2010
Boituva (campus avançado)	Em fase de implantação	2º semestre de 2010
Capivari (campus avançado)	Em fase de implantação	2º semestre de 2010
Matão (campus avançado)	Em fase de implantação	2º semestre de 2010
Avaré	Em fase de implantação	1º semestre de 2011
Hortolândia	Em fase de implantação	1º semestre de 2011
Registro	Em fase de implantação	1º semestre de 2011
Votuporanga	Em fase de implantação	1º semestre de 2011
Presidente Epitácio	Em fase de implantação	1º semestre de 2011
Campinas	Em fase de implantação	1º semestre de 2011

2. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

A oferta do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* para a capacitação de profissionais do ensino público para atuar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA visa atender parte dos dispositivos do decreto nº 5840/06 e da política pública do Ministério da Educação no que se refere à implementação de políticas sistemáticas de formação de formadores, produção de conhecimentos e de infra-estrutura técnica para este campo de atuação, por meio de:

- A educação de jovens e adultos como política pública nos sistemas de ensino;
- A educação de jovens e adultos como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial;
- A educação como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, de orientação sexual e sócio-ambiental;
- A existência de sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios.

O programa se destina a desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens e adultos no sistema formal de ensino oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania. A integração da qualificação profissional com as políticas públicas de educação tem como propósito contrapor-se à separação entre educação básica, especialmente de nível médio, e formação profissional.

Incorporando esse compromisso do governo com a expansão da oferta de educação pública e, tendo em vista, a minimizar o processo de exclusão social, o IFSP se propõe a agir no sentido de se afirmar como pólo de pesquisa e divulgação da Educação de Jovens e Adultos e atuar na formação e capacitação de docentes, especialmente profissionais da rede pública, que atuam nesta modalidade.

Uma vez que há uma carência significativa no magistério superior de uma sólida formação continuada de professores para atuar nesta esfera, entende-se que a formação docente é uma das maneiras fundamentais para se mergulhar no universo das questões que compõem a realidade deste público, de investigar seus modos de aprender de forma geral, tendo em vista compreender e favorecer lógicas e processos de sua aprendizagem no ambiente escolar.

A proposta do curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA ó Educação de Jovens e Adultos, pretende construir um profissional que saiba dar atenção a todos os aspectos que se relacionam com o perfil do estudante Jovem e Adulto, preparando-os para a vivência do mundo do trabalho e a expectativa de melhoria de vida.

O projeto do IFSP foi elaborado para formar docentes que entendam as especificidades e complexidades diferenciais desta modalidade de ensino, além de perceber as características do

desenvolvimento e da necessidade constante de diálogo com o educando, suscitado uma formação consistente e que não se limite ao voluntarismo ou idealismo romântico.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivos Gerais

Formar profissionais com capacidade para atuar na elaboração de estratégias no estabelecimento de formas criativas das atividades de ensino-aprendizagem e de prever pró-ativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA ó Educação de Jovens e Adultos, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas implementado no IFSP.

3.2 Objetivos específicos

Formar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no Programa de Integração da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA ó Educação de Jovens e Adultos.

Contribuir para a formação de profissionais que desenvolvam um olhar amplo, garantindo um padrão de qualidade que atenda a esta clientela e descartando a possibilidade da constante fórmula õqualquer coisa serveõ ou õantes isso do que nadaõ.

Ampliar a pesquisa referente à educação de jovens e adultos e divulga-las dentro dos princípios que norteiam a especialização no IFSP, produzindo conhecimentos como síntese da formulação e implementação teórico-prática.

Capacitar profissionais com conhecimentos teórico-práticos para avaliação de política de êxitos e permanência.

4. PÚBLICO-ALVO

Profissionais portadores de diploma de nível superior de graduação obtidos em instituições de ensino superior de curso de graduação autorizado pelos órgãos responsáveis, reconhecido e credenciado pelo Ministério da Educação.

Estes profissionais devem ter vínculo com a Rede Pública de Ensino, preferencialmente atuando em Programa de Integração da Educação Básica na Modalidade EJA e ou PROEJA.

O curso atenderá 40 alunos por turma e procurará capacitar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no Programa de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA ó Educação de Jovens e Adultos. Além disso, ampliará a pesquisa referente à

educação de jovens e adultos dentro dos princípios que norteiam a especialização no IFSP, produzindo conhecimentos como síntese da formulação e implementação teórico-prática.

5. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O programa fundamenta-se no pressuposto da necessidade de formação de um novo profissional que possa atuar na Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA ó Educação de Jovens e Adultos, como docente-pesquisador, integrando trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral, a qual contribuiu para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam nessa esfera educativa, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade com exigência historicamente construída pela sociedade.

A natureza dos cursos exige metodologias participativas, laboratoriais, oficinas que serão desenvolvidas em espaço pedagógico próprio com projetos supervisionados pelos docentes do curso. A concepção do Laboratório Didático pressupõe uma interação da experiência pedagógica de cada professor cursista ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

6. CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso a ser cumprida em disciplinas e monografia será de 456 horas. Deste total, 370,50 horas corresponderão às disciplinas teóricas que englobarão atividades individuais ou em grupos distribuídas da seguinte forma: (a) 1º e 2º semestres terão 85,5 horas cada; (b) 3º e 4º semestres terão 99,75 horas cada. O 5º semestre será destinado à monografia e contará com 85.50 horas.

7. PERÍODO E PERIODICIDADE

O período de realização do curso compreenderá cinco semestres. A abertura para noav turma acontecerá anualmente.

A organização do tempo será feita com a seguinte distribuição:

a) Disciplinas: 4 semestres divididos em 19 semanas com aulas de 45 minutos aos sábados no período matutino e vespertino e/ou durante a semana no período noturno.

b) Monografia: 1 semestre (5º semestre) com 19 semanas totalizando 85.50 horas;

8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O curso estará aberto a candidatos diplomados em cursos de graduação obtidos em Instituições de Ensino Superior, autorizados, reconhecidos e credenciados pelo Ministério da Educação. O profissional deverá ter vínculo com a Rede Pública de Ensino, atuando preferencialmente em Programa de Integração da Educação Básica na Modalidade EJA e/ou PROEJA.

Serão oferecidas 40 (quarenta) vagas e a seleção dos candidatos obedecerá o definido em Edital específico.

9. COORDENAÇÃO

A coordenadoria do curso está sob a responsabilidade do Prof.º Laerte Moreira dos Santos, especialista em Estudos Sociais e atualmente mestrando de Filosofia na USP, professor efetivo e com Regime de Dedicção Exclusiva no IFSP ó Campus São Paulo. Apresenta experiência de 33 anos no magistério de ensino profissional.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Currículo deverá assegurar a construção das competências gerais devidamente contextualizadas para o curso, bem como as competências específicas identificadas pela Instituição.

Tomando o PDI do IFSP como eixo norteador, é importante destacar que a formulação, organização e sequência do conhecimento escolar deverá estar integrada a uma visão de currículo global e integral de cultura e de educação, no qual se deva evitar a perspectiva conteudista.

10.1 ESTRUTURA CURRICULAR

	Componente Curricular	Códigos	No. Profs.	SEMESTRES - Aulas/semana					Total Aulas	Total de horas
				1º	2º	3º	4º	5º		
1º Sem.	Cidade, Modernidade e Identidade	CMI	1	3	-	-			57	42.75
	Escola, Espaços e Territórios	ETC	1	3	-	-			57	42.75
2º sem.	Concepções e História do Ensino Técnico no Brasil	CHT	1	-	3	-			57	42.75
	Metodologia da Pesquisa Científica	MPC	1	-	3	-			57	42.75
3º. Sem.	Trabalho e Exclusão social	TES	1	-	-	3			57	42.75
	Didática do Ensino Básico integrado ao Proeja - I	DI1	1	-	-	4			76	57.00
4º. Sem.	Dinâmica Social e Racial no Brasil	DSR	1	-	-	-	3		57	42.75
	Didática do Ensino Básico integrado ao Proeja - II	DI2	1	-	-	-	4		76	57.00
TOTAL ACUMULADO DE AULAS				114	114	133	133		494	
TOTAL ACUMULADO DE HORAS				85.50	85.50	99.75	99.75			370.50
MONOGRAFIA								85.50		85.50
TOTAL GERAL										456
Observações:										
1) Quantidade de minutos da Hora-Aula: 45										
2) Quantidade de semanas: 19										

10.2 PLANOS DE ENSINO

10.2.1

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>				<p>CAMPUS</p> <p>SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO					
<p>Curso: Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos</p>					
<p>Componente curricular: Cidade, Modernidade e Identidade</p>				<p>Código: CMI</p>	
<p>Semestre: 1º semestre</p>				<p>Nº aulas semanais: 03</p>	
<p>Total de aulas: 57</p>				<p>Total de horas: 42,75</p>	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:	
2- EMENTA:					
<p>Este curso se propõe a discutir as mudanças nas relações sociais provocadas pelo surgimento das grandes cidades modernas. Pensar a metrópole como uma invenção da modernidade, Trabalhar a questão da identidade dos indivíduos frente a Modernidade e ao processo de metropolização ó coetânea ao movimento dinâmico e contraditório do apagamento/reforço da memória e das paisagens territoriais. Refletir sobre a cidade e seus territórios culturalmente diferenciados, no contexto da complexidade da sociedade urbana contemporânea e da fragmentação sócio-espacial capitalista.</p>					
3-OBJETIVOS:					
<ul style="list-style-type: none"> - Buscar entender a fragmentação do sujeito na sociedade atual e especialmente analisar o professor neste contexto e a nova identidade da profissão estabelecida na cidade pós-moderna. - Que o aluno apresente, ao final da disciplina, domínio sobre o conceito de modernidade, pós-modernidade, sujeito e identidade. Ainda deverá estabelecer a conexão destes conceitos. 					
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:					
<p>Conteúdo Programático</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de modernidade e modernismo. 2. Modernização e modernidade e suas aplicabilidades na produção do conhecimento histórico sobre cidade. 3. Aspectos sociais na sociedade moderna. 4. Modernidade e identidade 5. Educação e Modernidade 					
5-METODOLOGIAS:					
<p>Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.</p>					
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação. 2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos. 					

3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos.
4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos.
5. As notas serão somadas e divididas por 03(três).
6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERMAN, M. Introdução: Modernidade ontem, hoje e amanhã In: Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A aventura da Modernidade. Trad. Carlos Felipe Móises e Ana Maria Ioriatti, São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BRADBURY, M. e McFARLANE, J. O nome e a natureza do modernismo In: Modernismo: guia geral. Trad. Denise Bottman, São Paulo, Companhia das Letras, 1989

GIDDENS, A. Os contornos da alta modernidade In: Modernidade e Identidade. Trad. Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HARVEY, D.. Passagem da modernidade à pós-Modernidade na cultura contemporânea In: Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2003

LEFEBVRE, H.. Industrialização e urbanização In: O Direito à Cidade. Trad. T.C. Netto. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONNOR, S. Pós Modernismo e a Academia In: Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Naria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MUMFORD, L.O Subúrbio ó E depois In: A Cidade na História: Suas Origens Transformações e Perspectivas. Trad. Neil R. da Silva, 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

10.2.2

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS SÃO PAULO</p>
---	------------------------------------

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos				
Componente curricular: Escola, Espaços e Territórios			Código: ETC	
Semestre: 1º semestre			Nº aulas semanais: 03	
Total de aulas: 57			Total de horas: 42,75	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Elaborar uma análise histórica das idéias que constroem quadros do nascimento da sociedade e da educação brasileira a partir da instauração da República. Analisar a questão da Educação e suas relações com a cidadania no Brasil. Construir um panorama da educação brasileira no período atual, tendo como foco a questão da Urbanização e a escolarização de massa e o quadro de exclusão/inclusão social. Estudar o papel da escola pública para a contenção ou à emancipação social no pensamento e nas práticas escolares.</p> <p>Compreender o estabelecimento da norma como um conjunto de dispositivos biopolíticos de governo nas sociedades moderna e contemporânea. O papel da educação é decisivo nesses processos, especialmente nas instituições de cativeiro ou de confinamento (escola, prisão, hospital), de modo que as discussões sobre políticas de inclusão podem ser colocadas numa perspectiva que, ao invés de naturalizar a condição anormal ou do estigma, coloca o próprio conceito de norma como parte do problema.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>A presente disciplina procura enfatizar o contexto onde se estrutura a história da educação no Brasil, evidenciando a categoria: trabalho como fio condutor para a compreensão dos processos de dominação e resistência da sociedade, definidos no transcorrer de todo século XX e sua repercussão no mundo da educação. Nesse sentido, procura ressaltar a análise do urbano através dos processos de popularização da escola, revelados a partir da formação do professor e das iniciativas de racionalização do trabalho docente promovidas pelo Estado através de uma série de novas competências e habilidades determinadas para o cotidiano da escola.</p>				
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:				
<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças sociais e a Educação Brasileira 				

- A Qualidade do ensino na escola pública
- Adestramento e Educação
- Educação Permanente e capitalismo tardio.
- Educação e novas relações de trabalho.
- A autonomia do professor

5-METODOLOGIAS:

Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.

6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação.
2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos.
3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos.
4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos.
5. As notas serão somadas e divididas por 03(três).
6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERMAN, M. Introdução: Modernidade ontem, hoje e amanhã In: Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A aventura da Modernidade. Trad. Carlos Felipe Móises e Ana Maria Ioriatti, São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BRADBURY, M. e McFARLANE, J. O nome e a natureza do modernismo In: Modernismo: guia geral. Trad. Denise Bottman, São Paulo, Companhia das Letras, 1989

GIDDENS, A. Os contornos da alta modernidade In: Modernidade e Identidade. Trad. Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HARVEY, D.. Passagem da modernidade à pós-Modernidade na cultura contemporânea In: Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2003

LEFEBVRE, H.. Industrialização e urbanização In: O Direito à Cidade. Trad. T.C. Netto. São Paulo: Editora Documentos, 1969.


8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONNOR, S. Pós Modernismo e a Academia In: Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Naria Stela Gonçalves, São

Paulo: Edições Loyola, 2000.

MUMFORD, L.O Subúrbio ó E depois In: A Cidade na História: Suas Origens Transformações e Perspectivas. Trad. Neil R. da Silva, 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

10.2.3

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS SÃO PAULO</p>
--	------------------------------------

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Componente curricular: Concepções e História de Ensino Técnico no Brasil

CHT

Semestre: 2º semestre

Nº aulas semanais: 03

Total de aulas: 57

Total de horas: 42,75

Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:

2- EMENTA:

Concepções e História do Ensino Técnico no Brasil é um componente curricular destinado à uma análise histórica do Ensino Técnico no Brasil, partido das Escolas de Aprendizizes e Artífices até chegar ao modelo atual, tratando inclusive das legislações sobre o Ensino Técnico e a rede estadual das Escolas Técnicas. Neste componente serão desenvolvidos seminários e palestras de ensino e pesquisa sobre os tema do Ensino Técnico. Ao final do semestre, os alunos divulgam os resultados parciais de seus trabalhos de pesquisa dentro deste tema, colaborando para a apresentação da monografia no final do curso de Especialização.

3-OBJETIVOS:

- Analisar historicamente o Ensino Técnico no Brasil, em particular a rede federal e a rede estadual;
- Apresentar e discutir as legislações sobre o Ensino Técnico e do PROEJA;
- Buscar os nexos que conformam a história da educação no Brasil e seu vínculo com a profissionalização, marcando os contextos que justificam, hoje, uma política educacional voltada para a EJA;
- Elaborar trabalho de pesquisa sobre o Ensino Técnico no Brasil.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

1. A Sociedade Industrial e a divisão do trabalho
 - a acumulação do capital e o avanço tecnológico
 - a fábrica e a organização da sociedade capitalista: países industrializados e países de base primário-exportador
2. O papel da educação no controle da sociedade capitalista
 - o Estado como mediador do processo de reprodução do sistema econômico vigente
3. Brasil: a urbanização / industrialização induzida pelo complexo exportador cafeeiro
 - a urbanização / industrialização e as políticas públicas de controle social
4. A educação como possibilidade de controle do avanço das relações capitalistas
 - a escola de aprendizes e artífices e a busca de uma finalidade prática para os jovens urbanos da década de 10 (séc XX)
5. O avanço da industrialização brasileira
 - a industrialização restringida e a pretensão da substituição de importações;
 - o projeto nacionalista do Governo Vargas e sua interferência no processo de expansão do ensino profissionalizante: o controle da imigração e a formação de quadros técnicos.
6. A formação de uma classe operária nacional
 - a busca da formação tecnológica e o contraponto do projeto de universidade;
 - a formação técnica em nível médio e a busca da qualificação profissional através de escolas destinadas para essa finalidade
7. A industrialização intensiva de base multinacional
 - a internacionalização do capitalismo no Brasil, a consolidação do projeto de integração nacional e as políticas públicas de implementação de uma nova ordem econômica
8. A instauração de uma política voltada para o ensino profissionalizante
 - a Reforma Universitária - 5580/68 e a opção pelo modelo norte-americano de organização da formação profissional
 - os acordos internacionais (MEC USAID), a Lei de Diretrizes e Bases ó 5692/71 e a plena instauração do ensino profissionalizante em nível de 2º grau
 - O fracasso do ensino profissionalizante de 2º grau e a avanço do ensino tecnológico (federal e estaduais)
9. Análise histórica do Ensino Técnico no Brasil, em particular a rede federal (atividade de pesquisa)
 - Escolas de Aprendizes e Artífices;
 - Liceu de Ofícios;
 - Ginásio Industrial;
 - Escola Técnica Federal;
 - Centro Federal de Educação Tecnológica;
2. Análise histórica da Rede Estadual de Ensino Técnico (atividade de pesquisa)
 - Histórico da Rede;

5-METODOLOGIAS:

Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.

6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação.
2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos.
3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos.

4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos.
5. As notas serão somadas e divididas por 03(três).
6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ADORNO, T.W. Educação após Auschwitz in Educação e Emancipação, 3ªed, São Paulo: 2003, Paz e Terra (p.119-138)
- BEISIEGEL, Celso de. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira* (III ó O Brasil Republicano: Economia e Cultura: 1930-1964), 2ed. São Paulo: Difel, 1986. pp.384-416.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. Brasília: Liber Livro Ed., 2004.(p.1-36; 191-197)
- CUNHA, Luiz A. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- CUNHA, Luiz A. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2.ed.São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- FERRETTI, C. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. Educação e Sociedade, Campinas, n. 59, ago, 1998
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2006.
- IGLESIAS, F., A industrialização brasileira, Editora Brasiliense,1985.
- KUENZER, A. Z. Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. 7ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PICHELI, Valdir. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil 1930-1944*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado) ó Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação
- NASCIMENTO, Benedicto H. A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP/IEB, 2002.
- SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 6ª Ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon *et al.* Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SENAI. De Homens e Máquinas (Vol. I - Roberto Mange e a formação profissional). São Paulo: SENAI-SP, 1991.

WEINSTEIN, Barbara. (Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez / CDAPH-IFAN / Universidade São Francisco, 2000.


8.2 - Complementar:

NASCIMENTO, Benedicto H. A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP/IEB, 2002.

SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 6ª Ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

10.2.4

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS SÃO PAULO</p>
--	------------------------------------

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Componente curricular: Metodologia da Pesquisa Científica

MPC

Semestre: 2º semestre

Nº aulas semanais: 03

Total de aulas: 57

Total de horas: 42,75

Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:

2- EMENTA:

Apresentar os principais tipos de pesquisa quanto ao delineamento, ou seja: descritiva (levantamento e correlacional), inferenciais (quase ó experimentais e experimentais); normas para elaboração de projetos de pesquisa, interface com estatística para a análise dos dados de pesquisa utilizando recursos da informática. Vale destacar que esses pressupostos são referências para a consolidação das monografias de final de curso que reconhecem o conhecimento científico como requisito à prática do professor

3-OBJETIVOS:

- Apresentar aos estudantes subsídios teóricos e práticos para a elaboração de diversos trabalhos acadêmicos que lhes são solicitados durante toda a sua formação, inclusive no que tange a elaboração do projeto de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.
- Aprender e utilizar as estruturas básicas de um trabalho acadêmico;
- Elaborar e reconhecer os diversos tipos de trabalhos acadêmicos;
- Escolher o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa;

- Configurar graficamente um trabalho acadêmico básico;
- Configurar graficamente as seções de trabalho acadêmico;
- Citar corretamente trechos e idéias de obras consultadas;
- Referenciar corretamente obras consultadas;
- Desenvolver as capacidades de trabalho intelectual, de organização e de análise;
- Promover o domínio das ferramentas gerais do trabalho científico;
- Desenvolvimento da capacidade de análise crítica nos trabalhos acadêmicos.

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Definição e delimitação do tema e do objeto de pesquisa;
 Inserção do tema no âmbito da Educação de Jovens e Adultos;
 Formulação do objetivo geral e dos objetivos específicos;
 Escolha do método de pesquisa: quantitativa, qualitativa, etnográfica, participante, ação, estudo de caso, análise de conteúdo, bibliográfica, documental, experimental, exploratória, explicativa e de campo;
 Levantamento bibliográfico específico para o desenvolvimento do embasamento teórico e da justificativa da pesquisa;
 Elaboração do cronograma de trabalho;
 Apresentação do projeto de pesquisa.

5-METODOLOGIAS:

Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.

6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A. Avaliação constará de 05 instrumentos:

1. Apresentação do tema e área de pesquisa com a devida justificativa ó valor de 0(zero) a 2(dois) pontos, na terceira semana de aula;
2. Apresentação do objetivo geral e específico ó valor de 0(zero) a 2(dois) pontos;
3. Apresentação do método/metodologia com a devida justificativaó valor de 0(zero) a 2(dois) pontos;
4. Apresentação do embasamento teórico com fichamento das obras de referência para o trabalho ó valor de 0(zero) a 2(dois) pontos;
5. Apresentação do cronograma de trabalho e de todos os levantamentos de materiais (bibliografia, mapas, música, iconografia, entrevistas, etc.) ó valor de 0(zero) a 2(dois) pontos;

B. Projeto de pesquisa:

1. O projeto final será avaliado de 0(zero) a 10, 0(dez)

C. Média Final:

Item A + Item B/2.

D. Observações Gerais:

1. Caso o estudante atrase nas entregas dos itens de avaliação, citados acima, a nota será reduzida em 50% (cinquenta);
2. Como a disciplina refere-se à apresentação do Projeto de Pesquisa em suas várias etapas, não haverá exame final e nem prova substitutiva, uma vez que tal projeto é o resultado de um processo de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico no decorrer do semestre.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAVENTURA, E. Como ordenar as idéias. São Paulo: Ática, 1995.

EZPELETA, J.; ROCKWEL, E. Pesquisa Participante. São Paulo: Cortez, 1986.

OLIVEIRA, P. de. S. Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 1998.

VIEIRA, C. L. Pequeno Manual de divulgação científica: dicas para cientistas e divulgadores de ciência. São Paulo: CCS/USP, 1998.

8.2 - Complementar:

EZPELETA, J.; ROCKWEL, E. Pesquisa Participante. São Paulo: Cortez, 1986.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Avercamp, 2005.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena. Apresentação de trabalhos acadêmicos: Normas Técnicas, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SEVERINO. A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e iniciação à pesquisa. RJ: Vozes, 2009.

10.2.5

 <p data-bbox="240 324 539 385">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p data-bbox="1018 257 1197 324">CAMPUS SÃO PAULO</p>
--	--

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos				
Componente curricular: Didática do Ensino Básico Integrado ao PROEJA - I			DI1	
Semestre: 3º semestre			Nº aulas semanais: 04	
Total de aulas: 76			Total de horas: 57	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Refletir sobre as transformações ocorridas no processo educativo, nos últimos tempos e a importância do processo de socialização na formação do educador. A função social da escola e dos professores por meio da relação professor-aluno.</p>				
<p>Discutir os pressupostos teóricos que norteiam os projetos de educação popular e a expansão de oportunidades no sistema público de ensino. Referenciais teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. A Didática e a educação profissional. O processo de aquisição e produção do conhecimento tendo como ponto de partida e de chegada à realidade sócio-econômica, política e cultural do aluno. Promover a reflexão dos aspectos sociais da educação na sociedade atual e as diferentes abordagens sócio-econômico, cultural do sistema educacional brasileiro. Verificar os aspectos sociológicos das práticas escolares, como as relações de poder, conflito e os aspectos culturais do processo de ensino aprendizagem .</p>				
<p>Compreender as transformações da sociedade capitalista e analisar os discursos e as práticas sociais sobre diversidade, identidade e exclusão e conseqüentemente suas implicações no processo educativo. O fenômeno da globalização no processo educativo.</p>				
3-OBJETIVOS:				

Compreender a relação entre ensino e aprendizagem através dos elementos fundamentais da didática: os objetivos sócio-pedagógicos, os conteúdos escolares, os princípios didáticos, os métodos de ensino aprendizagem

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Diagnóstico da turma; expectativa em relação ao curso e em relação à disciplina
 Apresentação do Programa
 Discussão do conteúdo programático
 A escola: o lugar onde os professores aprendem
 Repensar a formação profissional dos professores

5-METODOLOGIAS:

Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.

6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação.
2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos.
3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos.
4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos.
5. As notas serão somadas e divididas por 03(três).
6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. (orgs) *Para além do fracasso escolar*. SP Papyrus ed. 1997.

BARBERO, Jesús e REY, German. *Os exercícios do ver*. São Paulo: Editora Senac, 2001

BEISIEGEL, C. R. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. IN *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. (4. Economia e Cultura). São Paulo, Difel, 1999;

BERBAUM, J. *Aprendizagem e Formação*. Portugal. Porto Editora, 1993

- BICUDO, M.A.; SILVA JR, C.A. (org). *Formação do Educador e Avaliação Educacional*. Vol. 2 e vol. 3. SP, Ed. Unesp, 1999.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In *A construção social da realidade*. Ed. Vozes. Petrópolis. 1983. Pp.173-195.
- BERGER, P. (2003), Religião e construção do mundo. In *O dossel sagrado*. Ed. Paulus, São Paulo
- BRANDÃO, Z. (org) A crise dos paradigmas e a educação. SP Cortez, 1996
- BARBERO, J. e REY, G. *Os exercícios do ver*. São Paulo: Editora Senac, 2001
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In: *A construção social da realidade*. Petrópolis:Ed. Vozes, 1983. Pp.173-195.
- BERGER, P. Religião e construção do mundo. In: *O dossel sagrado*. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.
- CANDAUI, V.M.F. (org.) .A didática em questão. RJ Vozes, 1984.
- CÂNDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L. FORACCHI, M. M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Nacional, 1964.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização escolar. In: *Contemporaneidade e Educação*, ano III, março, São Paulo, p.27-33.
- DURKHEIM, E. A Educação e sua natureza e função. In: DURKHEIM, E. Definição de educação. *Educação e Sociologia*. 3. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978. pp. 33-49.
- FORQUIN, J. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FOUCAULT, M. Os corpos dóceis. Recursos para um bom adestramento. In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise no capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GADOTTI, M. *História das Idéias Pedagógicas*., Ed. Ática, 1995.
- GAGNÉ, R.M. *Como se realiza a aprendizagem*. RJ Ao Livro Técnico, 1971.
- GENTILI, P.(Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.

GIDDENS, A. (1994), "Introdução". In: *Modernidade e Identidade Pessoal*. Ed. Celta.

GHANEM, E. Educação escolar e democracia no Brasil. In: *Autêntica; Ação Educativa*, Belo Horizonte, 2004.

LIBANEO, J.C. *Didática São Paulo*. Ed. Cortez, 1990

NÓVOA, A. "Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente". In: *Teoria e Educação*, número 4. São Paulo (1991).

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. SP Ed. Cortez, 1985.


8.2 - Complementar:

SAVIANI, D. *Escola e democracia: coleção polêmicas do nosso tempo*. São Paulo. Ed. Cortez, sn.

SETTON, M. G. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Social*. In: *Revista de sociologia da USP*, volume 17, n. 2, novembro de 2005.

SCHILLING, F. *Sociedade da insegurança e violência na escola*. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

10.2.6

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS SÃO PAULO</p>
--	------------------------------------

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Componente curricular: Trabalho e exclusão social **Código:** TES

Semestre: 3º semestre **Nº aulas semanais:** 03

Total de aulas: 57 **Total de horas:** 42,75

Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:

2- EMENTA:

As transformações do capitalismo na etapa da globalização: da crise das políticas keynesianas nos anos setenta, à hegemonia do neoliberalismo. Da financeirização do

Capital à reestruturação produtiva: o aumento da taxa média de lucro ao longo dos anos noventa. A grande corporação capitalista contemporânea: possibilidades e limites das regulações social, ambiental, de gênero e de raça. Capitais fictícios e novos mercados financeiros: os perigos da financeirização. Inovação tecnológica e aumento da produtividade média do trabalho. Flexibilização dos direitos trabalhistas nos países centrais e políticas sociais compensatórias nos países periféricos. Crise fiscal dos Estados ao final dos trinta anos de crescimento do pós-guerra; fim da convertibilidade fixa do dólar ao ouro, e pressões inflacionárias nos países centrais. O desemprego crônico nos países centrais: suas causas e conseqüências. Da etapa da guerra fria ao apogeu da supremacia norte-americana na Tríade depois da restauração capitalista na ex-URSS. Das crises econômicas dos países periféricos em 1997 (Ásia), 1998 (Rússia) e 1999 (Brasil) à crise mundial de 2000/2001. Crise da liderança americana no sistema internacional? A formação de um mercado mundial de trabalho com a deslocalização industrial para a Ásia. Hipóteses de interpretação das crises cíclicas: a recuperação entre 2003 e 2008, e a nova crise aberta em 2007. Significado histórico da recolonização na América Latina dos anos noventa: a crise dos regimes democrático-eleitorais e as revoluções populares. A inserção do Brasil no mercado mundial e no sistema internacional de Estados. A classe trabalhadora ó sua formação social e política - e seu lugar na história contemporânea do Brasil. A proletarização da força de trabalho no Brasil: as etapas históricas da industrialização e urbanização. Formalidade e informalidade no mercado de trabalho: raízes históricas e fenômenos conjunturais. A formação do movimento operário e sindical no Brasil. A crise da pequena propriedade e a proletarização do trabalho agrário: os movimentos sociais no campo.

3-OBJETIVOS:

Entender as articulações entre as relações sociais e políticas e os processos econômicos que condicionam a exclusão social. Facilitar a compreensão das circunstâncias que favorecem ou obstaculizam a integração no mercado de trabalho. Entender os processos de discriminação de classe, de raça e de sexo e os mecanismos de manipulação ó repressão e, ou cooptação ó que foram historicamente construídos para preservar a exploração econômica e a dominação política. Discutir as transformações no capitalismo contemporâneo à escala mundial, e no Brasil, para contextualizar o fenômeno do desemprego crônico de, pelo menos, 10% da população economicamente ativa a partir dos anos oitenta. Problematizar o tema do aumento ou diminuição da desigualdade social. Estudar as causas do fim da etapa histórica em que a tendência ao pleno emprego estimulava as migrações internas para os centros industriais. Contextualizar as variáveis educacionais e demográficas: do aumento gradual da escolaridade média e da expectativa média de vida, ao aumento do desemprego e estagnação do salário médio. Inserir as transformações do mercado de trabalho no Brasil no marco da nova situação do mercado mundial com a plena integração da China e da Índia. Analisar os processos de contenção da crise social: políticas sociais compensatórias, migração externa e remessas de dólares, marginalização juvenil nas megalópoles, etc...

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

1. As etapas histórico-econômicas do capitalismo contemporâneo: da crise de 1929 aos projetos de regulação de inspiração keynesiana do pós-guerra; do período de crescimento sustentado entre 1945/1974 à hegemonia dos planos de ajuste neoliberal;

das primeiras crises financeiras da globalização à nova etapa de crise da liderança norte-americana no mercado mundial.

2. Crise cíclicas ou crise crônica: hipóteses de interpretação do significado da financeirização. Fim da convertibilidade do dólar ao ouro; flutuação das moedas no mercado mundial; expansão da economia mundial e deslocalização industrial em direção à Ásia; hierarquia dos Estados no sistema mundial e nova divisão internacional do trabalho. Impérios, países periféricos, semi-periféricos, Protetorados e colônias. Recuperação da economia mundial após crise de 2000/2001.

3. Os cinco desafios centrais na aurora de uma nova crise na economia mundial: redução de custos industriais; barateamento das matérias-primas; aceleração da inovação tecnológica; expansão do mercado mundial até à última fronteira; e controle da financeirização.

4. A tendência à formação de um mercado mundial de trabalho na etapa da globalização e as pressões e obstáculos que enfrenta: complementaridade do crescimento chinês e asiático com as economias japonesa e a norte-americana. A pressão dos custos baixos das economias asiáticas sobre as outras economias periféricas.

5. Os desequilíbrios internos e externos da economia norte-americana e a crise atual: déficit orçamentário e comercial. Hipóteses sobre a permanência ou crise da liderança norte-americana no mercado mundial e suas conseqüências no sistema internacional de Estados.

6. A teoria das ondas longas e a evolução da economia mundial nos últimos trinta anos: hipóteses Kondratiev, Schumpeter, Wallerstein e debate atual. Perigo de uma grande depressão em câmara lenta?

7. Reestruturação produtiva e inovação tecnológica: aumento da produtividade média do trabalho e do desemprego. Flexibilização dos direitos trabalhistas nos países centrais; aumento da economia informal, migração da mão de obra para os países centrais, e políticas sociais compensatórias nos países periféricos. Crise fiscal dos Estados ao final dos trinta anos de crescimento do pós-guerra.

8. Inflação ou desemprego: a economia mundial diante do desafio do parto sem dor de uma nova etapa histórica de crescimento sustentado. As relações do Brasil com a economia mundial e as oportunidades perdidas e aproveitadas nas etapas históricas precedentes: as pressões recolonizadoras. A inserção do Brasil no sistema internacional de Estados e os seus desafios à luz da história.

9. A classe trabalhadora e sua formação social e política - e seu lugar na história contemporânea do Brasil. A proletarização da força de trabalho no Brasil: as etapas históricas da industrialização e urbanização. Formalidade e informalidade no mercado de trabalho: raízes históricas e fenômenos conjunturais. O lugar da educação pública na constituição de uma força de trabalho urbano-industrial: desafios e obstáculos.

10. A formação do movimento operário e sindical no Brasil à luz da história. A crise da pequena propriedade e a proletarização do trabalho agrário: os novos movimentos sociais no campo. Os movimentos ambientalistas e a pressão da crise ecológica. Os movimentos negros e a luta contra o racismo. Os movimentos de mulheres e a luta contra o machismo. Os movimentos contra a homofobia.

5-METODOLOGIAS:

Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.

6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação.

2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos.
3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos.
4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos.
5. As notas serão somadas e divididas por 03(três).
6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.

7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?(ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)* São Paulo: Cortez, 1995.
- ARCARY, Valério. *Cinco polêmicas sobre o futuro do capitalismo* in *O encontro da revolução com a história*. 1. São Paulo: Xamã Editora, 2006.
- BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e Capital monopolista ó a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 3º edição, 1987.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- HUSSON, Michel. *Leer hoy òEl Capitalö de Marx* in <http://www.hussonet.free.fr/>
- MÉSZAROS, István. *Socialismo o Barbarie*, Buenos Aires: Ed. Herramienta, 2003.
- NEGRI, Toni & HARDT, Michael. *Imperio*, Bogotá: Ed. desde abajo, 2001.

8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ACHCAR, Gilbert (2000), *De un siglo americano al otro: entre hegemonía y dominación* in *La hegemonía norteamericana*, Buenos Aires: Actuel Marx - K&ai Ediciones, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARCARY, Valério. *O encontro do capitalismo com a crise* in *O encontro da revolução com a história*. 1. São Paulo: Xamã Editora, 2006.
- ARCARY, Valério. *Cinco observações sobre a crise da educação pública* in *Cadernos do ILAESE*, São Paulo, 2006.
- BIDET, Jacques. *El imperialismo y la cuestión del Estado mundial*. Buenos Aires: Herramienta N° 23, 2003.
- HARVEY, David. *La condición de la posmodernidad*, Buenos Aires: Amorrortu eds. 1998.
- WEISBROT, Mark, SCHMITT, John, SANDOVAL, Luís. *El impacto de una desaceleración de la economía estadounidense en el hemisferio occidental*, Center for Economic and Policy Research, (CEPR) Informe temático, marzo 2008 in www.cepr.net

10.2.7

 <p data-bbox="239 324 539 385">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p data-bbox="1013 257 1197 324">CAMPUS SÃO PAULO</p>
--	--

1- IDENTIFICAÇÃO				
Curso: Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos				
Componente curricular: Didática do Ensino Básico Integrado ao PROEJA - II			DI2	
Semestre: 4º semestre			Nº aulas semanais: 04	
Total de aulas: 76			Total de horas: 57	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:
2- EMENTA:				
<p>Refletir sobre as transformações ocorridas no processo educativo, nos últimos tempos e a importância do processo de socialização na formação do educador. A função social da escola e dos professores por meio da relação professor-aluno.</p>				
<p>Discutir os pressupostos teóricos que norteiam os projetos de educação popular e a expansão de oportunidades no sistema público de ensino. Referenciais teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. A Didática e a educação profissional. O processo de aquisição e produção do conhecimento tendo como ponto de partida e de chegada à realidade sócio-econômica, política e cultural do aluno. Promover a reflexão dos aspectos sociais da educação na sociedade atual e as diferentes abordagens sócio-econômico, cultural do sistema educacional brasileiro. Verificar os aspectos sociológicos das práticas escolares, como as relações de poder, conflito e os aspectos culturais do processo de ensino aprendizagem .</p> <p>Compreender as transformações da sociedade capitalista e analisar os discursos e as práticas sociais sobre diversidade, identidade e exclusão e conseqüentemente suas implicações no processo educativo. O fenômeno da globalização no processo educativo.</p>				
3-OBJETIVOS:				
<p>Compreender a relação entre ensino e aprendizagem através dos elementos fundamentais da didática: os objetivos sócio-pedagógicos, os conteúdos escolares, os</p>				

princípios didáticos, os métodos de ensino aprendizagem
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:
Da reciclagem à recursividade
Das qualificações às competências
Da capacitação individual à capacitação coletiva
Formação e identidade
Uma nova reconfiguração profissional do professor: Analista simbólico, Profissional da relação, Artesão, Construtor de sentido
5-METODOLOGIAS:
Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.
6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação. 2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos. 3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos. 4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos. 5. As notas serão somadas e divididas por 03(três). 6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.
7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. (orgs) <i>Para além do fracasso escolar</i>. SP Papyrus ed. 1997.</p> <p>BARBERO, Jesús e REY, German. <i>Os exercícios do ver</i>. São Paulo: Editora Senac, 2001</p> <p>BEISIEGEL, C. R. "Educação e Sociedade no Brasil após 1930". IN <i>História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano</i>. (4. Economia e Cultura). São Paulo, Difel, 1999;</p> <p>BERBAUM, J. <i>Aprendizagem e Formação</i>. Portugal. Porto Editora, 1993</p>

- BICUDO, M.A.; SILVA JR, C.A. (org). *Formação do Educador e Avaliação Educacional*. Vol. 2 e vol. 3. SP, Ed. Unesp, 1999.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In *A construção social da realidade*. Ed. Vozes. Petrópolis. 1983. Pp.173-195.
- BERGER, P. (2003), Religião e construção do mundo. In *O dossel sagrado*. Ed. Paulus, São Paulo
- BRANDÃO, Z. (org) A crise dos paradigmas e a educação. SP Cortez, 1996
- BARBERO, J. e REY, G. *Os exercícios do ver*. São Paulo: Editora Senac, 2001
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In: *A construção social da realidade*. Petrópolis:Ed. Vozes, 1983. Pp.173-195.
- BERGER, P. Religião e construção do mundo. In: *O dossel sagrado*. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.
- CANDAUI, V.M.F. (org.) .A didática em questão. RJ Vozes, 1984.
- CÂNDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L. FORACCHI, M. M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Nacional, 1964.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização escolar. In: *Contemporaneidade e Educação*, ano III, março, São Paulo, p.27-33.
- DURKHEIM, E. A Educação ó sua natureza e função. In: DURKHEIM, E. Definição de educação. *Educação e Sociologia*. 3. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978. pp. 33-49.
- FORQUIN, J. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FOUCAULT, M. Os corpos dóceis. Recursos para um bom adestramento. In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise no capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GADOTTI, M. *História das Idéias Pedagógicas.*, Ed. Ática, 1995.
- GAGNÉ, R.M. *Como se realiza a aprendizagem*. RJ Ao Livro Técnico, 1971.
- GENTILI, P.(Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.

GIDDENS, A. (1994), "Introdução". In: *Modernidade e Identidade Pessoal*. Ed. Celta.

GHANEM, E. Educação escolar e democracia no Brasil. In: *Autêntica; Ação Educativa*, Belo Horizonte, 2004.

LIBANEO, J.C. *Didática São Paulo*. Ed. Cortez, 1990

NÓVOA, A. "Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente". In: *Teoria e Educação*, número 4. São Paulo (1991).

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. SP Ed. Cortez, 1985.

8.2 - Complementar:

SAVIANI, D. *Escola e democracia: coleção polêmicas do nosso tempo*. São Paulo. Ed. Cortez, sn.

SETTON, M. G. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Social*. In: *Revista de sociologia da USP*, volume 17, n. 2, novembro de 2005.

SCHILLING, F. *Sociedade da insegurança e violência na escola*. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

10.2.8

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>				<p>CAMPUS SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO					
Curso: Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos					
Componente curricular: Dinâmica Social e Racial no Brasil				DSR	
Semestre: 4º semestre				Nº aulas semanais: 03	
Total de aulas: 57				Total de horas: 42,75	
Conteúdos curriculares:	Prática de ensino:	de Estudos:	Laboratório:	Orientação de estágio:	
2- EMENTA:					
Raça e etnia. Formas de desigualdade e discriminação racial no Brasil. O mito da					

democracia racial no Brasil. Identidade étnica e social. Raça e classe social. Índios e negros: organização política e políticas públicas.
<p>3-OBJETIVO:</p> <p>Sistematizar elementos que compõem teoricamente a análise sobre as desigualdades sociais no Brasil e compreender a articulação entre questão social, classe social, preconceito e discriminação racial.</p>
<p>4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:</p> <p>I ó Raça: um conceito problemático</p> <p>II - A questão etnoracial e a desigualdade social em tempos de globalização</p> <p>III ó O modelo brasileiro de relações raciais: o mito da democracia racial</p> <p>IV ó Raça, identidade e desigualdade social na cidade de São Paulo</p> <p>V ó A questão indígena no Brasil</p> <p>VI ó Políticas públicas afirmativas</p> <p>VII ó Interagindo com a cultura afro-brasileira</p> <p>VIII ó Interagindo com a cultura indígena brasileira</p> <p>IX ó Etnia, Raça, Espaço e Identidade</p>
<p>5-METODOLOGIAS:</p> <p>Aulas expositivas elaboradas a partir de um plano que favorece a participação dos estudantes na resolução de problemas.</p>
<p>6-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os alunos deverão apresentar fichamento dos textos na data estipulada que consta no plano de aula. Os fichamentos poderão ser entregues após a data, no entanto, estes não terão pontuação. 2. Cada fichamento terá validade de até 1,0 (um) ponto, totalizando quinze pontos. 3. Haverá uma avaliação dissertativa, sem consulta, com valor de até 10,0 (dez) pontos. 4. Um seminário com valor de 5,0 (cinco) pontos. 5. As notas serão somadas e divididas por 03(três). 6. O arredondamento de notas será calculado da seguinte maneira: de 0 a 0,25 ou 0,5 a 0,75 será arredondado para menos. O arredondamento de notas será realizado, somente, após a média final.
<p>7-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARAÚJO, E. (org.). <i>A mão Afro-Brasileira. Significado da contribuição artística e histórica</i>. São Paulo: Terrenge, 1988</p> <p>BELUCCI, B. <i>Introdução à história da África e da Cultura Afro-Brasileira</i>. Rio de</p>

Janeiro: CEAA ó Ucam / CCBB, 2003.

CANEN, A. *Relações raciais e currículo. Reflexões a partir do multiculturalismo*. In Cadernos Pedagógicos. Penesb nº 3. Niterói: Ed. Da UFF, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CARRIL, L. *Quilombo, Favela e Periferia ó a longa busca da Cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CHAUÍ, M. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLASTRES, H. *Terra sem mal. O profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1988.

HALL, S. *As identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI, L. D. B. (orgs.) *A temática indígena na escola ó novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/ Mari/ UNESCO, 1995.

MEC. *Cadernos A cor da cultura ó Saberes e fazeres, modos de ver*. Rio de Janeiro: fundação Roberto Marinho, 2006.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. São Paulo: Ed. Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele *Superando o racismo na Escola*. Brarsília: MEC-Secad, 2005.

MUNANGA, K. *Construção da Identidade negra no contexto da globalização*. Cadernos Penesb n. 4 Niterói: Editora da UFF, 2002.

PREZIA, B. e HOORNAERT, E. *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: Editora FTD, 2000

SANTILLI, M. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

QUEIROZ, R. da S. *Não vi e não gostei, o fenômeno do preconceito*. São Paulo: Ed. Moderna, 1995.

ROCHA, E. *O que é Enocentrismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ROSEMBERG, F. et al *Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de Literatura. Educação e Pesquisa*. v. 29, n.1, p.125-146, jan./jun. 2003.

SANTOS, J. R. dos. *O que é Racismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

SCHWARCZ, L. M. *Nem Preto, nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In *História da Vida Privada no Brasil ó vol. 4*. In NOVAIS, F. A. e MORITZ, L. S. (Orgs):. São Paulo: Cia de Letras, 1998.

8.2 - Complementar:

SCHWARCZ, L. M. e QUEIROZ, R. da S. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

SECAD ó Min. da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: MEC ó Secad, 2005.

SILVA JR., H. *Discriminação racial nas escolas: entre as leis e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002.

SOARES, J. F. & ALVES, M. T. G. *Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. Educação e pesquisa*. v. 29, n.1, 1476165, 2003

SOUZA, I. S. *Os Educadores e as relações interétnicas: Pais e Mestres*. São Paulo: Unesp, 2001.

TODOROV, T. *Nós e os outros ó a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

10.3 RECOMPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA

O aluno/a que for reprovado/a em um componente curricular deverá cursá-lo novamente com a próxima turma do curso.

11. CORPO DOCENTE

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Disciplina	Semestre/Ano
Maria Patrícia Cândido Hetti	Mestre	RDE	Cidade, Modernidade e Identidade	1º semestre
Marcelo A. .M. .de Carvalho	Especialista	RDE	Escola, Espaços e Territórios	1º semestre
Maria Patrícia Cândido Hetti	Mestre	RDE	Metodologia da Pesquisa Científica	2º semestre
Marcelo A. .M. .de Carvalho	Especialista	RDE	Concepções e História do Ensino Técnico no Brasil	2º semestre

Maria Patrícia Cândido Hetti	Mestre	RDE	Didática do Ensino Básico Integrado ao PROEJA - I	3º semestre
Maria Patrícia Cândido Hetti	Mestre	RDE	Didática do Ensino Básico Integrado ao PROEJA - II	4º semestre
Valério Arcary	Doutor	RDE	Trabalho e Exclusão Social	3º semestre
Lourdes de Fátima Bezerra Carril	Doutor	RDE	Dinâmica Social e Racial no Brasil	4º semestre

12. ATENDIMENTO DISCENTE

a) Quanto à orientação:

- Os alunos, a partir do 2º mês de aulas, receberão a lista com os orientadores de monografia e em um formulário indicarão em ordem de preferência três orientadores.

- Será enviado para os orientadores formulário de acompanhamento do orientando no qual serão anotadas as orientações para cada encontro. Deverá ser assinado pelo orientador e pelo orientando.

b) Quanto às aulas:

- Os alunos poderão tirar suas dúvidas no que se refere ao conteúdo ministrado ou à organização do curso através do email do curso: especializacaoprojea@gmail.com

- O site do curso é <http://www.cefetsp.br/edu/eja> - se constitui em instrumento para a aprendizagem disponibilizando os textos sugeridos para as aulas, os planos de ensino, os planos de aulas, textos auxiliares e indicações de eventos de EJA e PROEJA.

13. METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida se traduzirá em aulas expositivas dialógicas; seminários; estudo de caso; estudo dirigido; trabalhos em grupos; metodologia de trabalho científico, debates com personalidades da esfera pública e privada; discussões com associações, sindicatos e movimentos sociais.

O aspecto da integração teoria-prática, enfoque principal do curso, será realizado através de projetos no Laboratório Didático, assim como inserido nas demais atividades metodológicas da especialização.

14. INTERDISCIPLINARIDADE

O curso foi constituído com um caráter interdisciplinar, pois expressa nos componentes curriculares, estendendo-se no Laboratório Didático e na relação professores e alunos cursistas, uma característica que vai além do campo específico de cada ciência, propondo um inter-relacionamento entre as diversas esferas do conhecimento científico num modelo cognitivo amplo que traduz a complexidade do sociedade e do mundo.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Participação em eventos sobre EJA e PROEJA. As horas destas atividades não serão computadas na carga horária do curso. O objetivo é o de complementar a aprendizagem em sala de aula. A coordenação do curso fornecerá certificados de participação.

16. CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O registro do rendimento acadêmico compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do rendimento em todos os componentes curriculares. Os sistemas de avaliação e controle de frequência serão realizados segundo definido nas Normas Acadêmicas dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFSP vigentes.

17. MONOGRAFIA

A defesa da Monografia é condição obrigatória para a integralização do curso e emissão do certificado de conclusão.

A Monografia compreende um projeto de pesquisa desenvolvido ao longo do curso, devendo o aluno escolher o tema de seu interesse pertencente ao programa dos componentes curriculares, expressos em eixos temáticos, sob orientação de um docente do quadro permanente do IFSP. O aluno terá

carga horária de 85.5 horas, incluindo as horas de orientação e elaboração, no 5º semestre para desenvolver o trabalho de monografia devendo defendê-la até o final do semestre em questão.

A escolha do orientador ocorrerá segundo as regras definidas pela coordenação do curso ou norma institucional específica.

O aluno poderá solicitar, com anuência do orientador, a prorrogação do prazo de defesa da monografia dentro do estipulado nas normas acadêmicas para os cursos pós-graduação *Lato Sensu* do IFSP.

18. PESQUISA

As atividades de pesquisa serão aquelas desenvolvidas através dos projetos de monografias.

19. AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Os professores serão avaliados durante a realização do período letivo, devendo ser considerados os aspectos referentes à:

- a) responsabilidade;
- b) interesse;
- c) pontualidade;
- d) relacionamento e habilidades técnicas na condução do curso;
- e) adequação ao projeto político pedagógico da Especialização;

Para a obtenção de dados serão adotados critérios indicadores adequados, tais como:

- a) autoavaliação;
- b) avaliação por parte dos alunos quanto à atuação em sala de aula;
- c) frequência em reuniões,
- d) avaliação e supervisão pela coordenação e pela gerência de curso.

20. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso será realizada entre a coordenação de curso, docentes, representantes discentes e gerência no que se refere aos conteúdos curriculares e toda a infraestrutura do curso. Será realizada permanentemente ao longo do curso com diagnósticos, soluções suscitando relatórios.

21. INDICADORES DE DESEMPENHO

Após cada turma formada, será realizada avaliação constante, tendo como base o índice máximo de evasão de 25%; o índice de aprovação no curso como um todo, incluindo a avaliação da Monografia, bem como a produção científica dos docentes e discentes, segundo critérios da CAPES. Número máximo de alunos por turma = 40 alunos.

22. CERTIFICAÇÃO

Ao aluno concluinte do curso e aprovado em todas as suas etapas, conforme definido neste projeto pedagógico, será conferido certificado de especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos pelo IFSP conforme o disposto na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O IFSP irá cancelar o certificado, observando as condições para sua emissão e as formas de controle da documentação nos termos da resolução CNE/CES 01/2007.

23. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

23.1 Infra-estrutura física

	Quantidade Atual	Quantidade prevista até ano 2012	Área (M ²)
<i>Auditório</i>	04	04	-
<i>Biblioteca</i>	01	01	-
<i>Instal. Administrativas</i>	07	05	-
<i>Laboratórios</i>	10	10	
<i>Salas de aula</i>	03	03	-
<i>Salas de Coordenação</i>	01	01	-
<i>Salas de Docentes</i>	01	02	
<i>Outros</i>	-	-	-

23.2 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA ESPECÍFICO

Equipamento	Especificação	Quantidade
<i>Computadores</i>	Megacorp dual core 1, 8Ghz, disco rígido 160 GB, 7200 RPM, serial ATA-300, placa de vídeo 128 MB, teclado ABANT 107 teclas, placa de rede 10/100 Mbps, memória 2 GB	20
<i>Impressoras</i>	Impressora laser Oki 84350	01
<i>Projetores</i>	Projetor multimídia ó SVGA 800X600	04
<i>Retroprojetores</i>	-	-
<i>Televisores</i>	01	02
<i>Lousa Digital</i>	Tela 77 as5,70 x 165,70 CM luidia interativa, em poliester,	01

	revestimento hardcoat, cor branca, com suporte para canetas e apagador. Acompanha aparelho digital com fixador de tela e caneta eletrônica. Marca Ebeam	
Notebook	Notebook ó HD 160 Gb ó 2Gb RAM	02

23.3 BIBLIOTECA: ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO

	Área do conhecimento	Quantidade
Livros da bibliografia básica	Educação	56
Livros da bibliografia complementar	Educação	20
Periódicos	-	-
Revistas	-	-
Jornais	-	-
Obras de referência	Proeja	10
Vídeos	Educação	05
DVD	Educação, Sociologia e Filosofia	20
CD Rom's	-	-
Assinaturas eletrônicas	-	-
Outros	-	-

24. BIBLIOGRAFIA:

- FONSECA, C. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.
- MATIAS, C. R. *Reforma da Educação Profissional na Unidade de Sertãozinho do CEFET/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIFOP ó Universidade Federal de Ouro Preto, 2004
- PINTO, G. T. *Oitenta e Dois Anos Depois: Relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São Paulo*. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. Brasília: Liber Livro Ed., 2004.(p.1-36; 191-197)
- CUNHA, Luiz A. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- CUNHA, Luiz A. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2.ed.São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- FERRETTI, C. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. Educação e Sociedade, Campinas, n. 59, ago, 1998
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2006.
- DECRETO N° 5.840, de 13 de julho de 2006 ó Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos ó PROEJA
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf
- DECRETO n° 6.302, de 12 de dezembro de 2007 ó Institui o Programa Brasil Profissionalizado
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm